CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Lula Marques/ Agência Brasil

Discussão da reforma: haverá avanços

Tributária: longe do ideal, mas avanço importante

Atualmente, somente para regular a cobrança do Imposto sobre Serviços (ISS), que é cobrado pelos municípios, há mais de cinco mil regras diferentes. "Nem com todo o esforço do mundo, seria possível alguém formular um sistema tributário pior que o atual", avalia, em conversa com o Correio Político, o auditor tributário e professor Rodrigo Frota, integrante do corpo técnico da Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite). Na avaliação da Febrafite, a reforma que vai chegando à sua reta final no Senado deverá ficar bem longe do ideal e ainda continuará a gerar grandes complicações para fiscais, advogados, contadores e, enfim, para o consumidor. Mesmo assim, a proposta tenderá a ser bem melhor.

Alterações

As diversas alterações que foram feitas tanto na primeira etapa, na Câmara, quanto na segunda etapa do Senado inseriram diversas complexidades ao novo sistema. Ou seja, a nova reforma irá simplificar a tributação, mas bem menos do que seria o ideal e se imaginava.

Exceções

O grande problema são as diversas exceções que os lobbies diversos conseguiram inserir na proposta. Por um lado, isso continuará fazendo com que a fiscalização seja complexa. Por outro lado, fará com que o imposto pago quando não houver exceção seja muito alto.

Divulgação

Alíquota de chocolate ou de biscoito recheado?

Sonho de Valsa é bombom ou biscoito wafer?

A nova reforma tributária provavelmente não irá eliminar uma situação que os auditores costumam repetir em tom de piada: Sonho de Valsa ou bombom de chocolate ou wafer? A piada acontece de fato. No complicado sistema tributário brasileiro, produtos semelhantes têm muitas vezes alíquotas de tributação diferentes. Algo que complica imensamente a vida de fiscais, de contadores, de advogados, e dos próprios consumidores. Com as diversas exceções que estão sendo colocadas, esse problema vai continuar. A toda hora, será preciso definir se um determinado produto ou serviço terá direito à alíquota diferenciada.

Inclusões

Ao longo do largo período de transição que haverá até a implantação total do novo sistema, Rodrigo Frota avalia que continuará havendo uma pressão dos setores para incluir seus produtos e serviços na faixa das alíquotas diferenciadas, que pagarão menos imposto.

Fiscalização

Determinar se de fato o produto tem ou não direito de se encaixar em um regime favorecido será uma das grandes tarefas da fiscalização dos auditores, entende o integrante da Febrafite. Daqui até a aprovação final, ainda poderá haver novas mudanças no texto.

Guerra

De qualquer modo, a reforma trará uma grande vantagem, que é o fim da guerra fiscal entre estados e municípios. "Hoje, os governos passam a maior parte do tempo calculando como podem fazer para atrair uma empresa e tirá-la de algum outro lugar. Isso vai acabar".

Destino

Com a cobrança no destino, importará menos onde a fábrica estará instalada. "O novo sistema tende a gerar uma forma de relacionamento mais cooperativa e menos competitiva entre os entes da Federação", avalia o auditor. "E, no final, todos ganharão com isso".

Governo corre para aparar arestas com Congresso

Presidente se reuniu com parlamentares para melhorar clima

Foto: Ricardo Stuckert / PR

Lula com os líderes: em busca de clima melhor no Congresso

Por Ana Paula Marques

Após fala que vai contra a promessa feita pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que se comprometera com uma meta fiscal de déficit zero para o ano que vem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu com os líderes da Câmara dos Deputados para garantir que o Congresso aprove até o final do ano as pautas de interesse econômico, prioridade do governo em seu primeiro ano.

A fala que causou prejuízo — e até queda nas operações da Ibovespa, principal indicador da bolsa brasileira — foi feita semana passada, quando Lula disse que o mercado é "ganancioso" demais ao cobrar uma meta que "ele sabe que não será cumprida". Na verdade, ainda que o mercado cobre tal meta, não foi o mercado quem a impôs. Ela tinha sido prometida pela própria equipe econômica do governo comandada por Fernando Haddad e incluída nas propostas de Lei de Diretrizes Orçamentos (LDO) e de orçamento do ano que vem. Se a meta era inexequível, ela foi proposta pelo próprio governo.

Na reunião da última terça-feira (31), o presidente afirmou que, se for preciso, a meta fiscal poderá ser ajustada. Após a fala de Lula e suas repercussões, já se discute agora uma flexibilização que admita um déficit de 0,5%, como defende o ministro da Casa Civil, Rui Costa. Em sua edição de ontem, o Correio da Manhã já sinalizava que uma redução da meta era uma possibilidade.

Coalizão

A reunião aconteceu com o Conselho de Coalizão e contou com a participação também de Haddad, da ministra do Planejamento, Simone Tebet, e do ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha. É a primeira reunião realizada desde que o PP e Republicanos assumiram ministérios na estratégia do governo de ampliar a coalizão. Tornaram-se ministros André Fufuca (PP), nos Esportes, e Silvio Costa Filho (Republicanos), em Portos e Aeroportos.

O objetivo da reunião foi garantir dos deputados o compromisso com a necessidade de ampliar a arrecadação de impostos para atender às metas fiscais.

O governo busca agora que projetos como o das offshores — taxação dos chamados super ricos —, vetos do arcabouço fiscal e principalmente a reforma tributária passe pelo Congresso sem muito desgaste. Se reuniram com o governo e equipe econômica, pouco mais de 40 líderes, vice-líderes e presidentes de partidos.

Após a reunião, Padilha negou que haja discussão interna para enviar uma mensagem ao Congresso com alteração da meta fiscal de déficit zero em 2024, mas afirmou que os líderes se comprometeram a aprovar as medidas que aumentem a arrecadação do governo. Muito provavelmente, uma redução na meta surgirá da própria negociação com o Congresso. Uma possibilidade é a partir da discussão da LDO, que tem como relator o deputado Danilo Forte (União-CE).

Repercussões

A reunião, que durou duas horas a portas fechadas, repercutiu após finalizada. Ao defender a pauta econômica, a presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann (PT-SP), criticou o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ao afirmar que um projeto de lei em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ameaça a meta fiscal. A proposta torna obrigatória a execução de emendas de comissão.

Uma resposta direta ao presidente do Senado, após ele criticar a afirmação de Lula de não cumprir a meta fiscal, é um caminho que "colocaria o país em rota perigosa", e que o Congresso Nacional atuaria "com as boas iniciativas, perseguindo o cumprimento da meta estabelecida". Gleisi afirmou que se o Congresso quer manter metas fiscais, deveria averiguar o PL que impossibilita o governo de negar a execução dessas emendas, propostas no orçamento pelas comissões.

Falas desencontradas

Segundo a economista e professora de MBAs da Fundação Getúlio Vargas, Carla Beni, é comum que as falas do chefe do Executivo e da pasta chefe da economia não se encontrem. "O olhar do ministro da Fazenda é de raciocínio técnico, comprometido com o plano estabelecido. Nesta questão, a fala do presidente Lula vem com o teor político que seu cargo carrega, feita para criar, ampliar e fortalecer laços políticos", explica.

É por isso que existe um certo descompasso. Parlamentares dizem que a fala do presidente desautoriza, de certa forma, o ministro da Fazenda. Porém, Carla Beni explica que a fala do presidente não foi para ir contra a pasta econômica e sim para ir em encontro aos parlamentares. "Lula não disse que iria descumprir o plano de Haddad, o que ele quis dizer é que a meta será difícil de se cumprir e que, por isso, precisará de ajuda do Congresso", declara.

TSE condena Bolsonaro e torna também inelegível Braga Neto

Por Gabriela Gallo

Antonio Cruz/Agência Brasil

Para TSE, Bolsonaro transformou desfiles em campanha

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) condenou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e o general Walter Braga Neto a oito anos de inelegibilidade, nesta terça-feira (31), por 5 votos contra 2 contrários. Além disso, eles terão de pagar uma multa de, respectivamente, R$ 420.640 e R$ 212.820. Ambos foram condenados por prática de abuso de poder político durante as comemorações do Bicentenário da Independência, em 7 de setembro do ano passado, tanto em Brasília (DF) quanto no Rio de Janeiro (RJ). Cabe recurso dos condenados ao TSE e, em último caso, no Supremo Tribunal Federal (STF).

Os ministros Floriano de Azevedo Marques, André Ramos Tavares, Alexandre de Moraes, Carmem Lúcia, e o ministro relator do caso, Benedito Gonçalves, votaram a favor da condenação dos réus. Inicialmente, Benedito Gonçalves votara pela aplicação de uma multa a Braga Neto. Mas, com a condenação feita pelos demais colegas, mudou de ideia e reviu seu voto pedindo também a inelegibilidade. Já os ministro Raul Araújo e Kassio Nunes Marques votaram contra a inegebilidade, mas propuseram o pagamento de uma multa.

Surpresa

A surpresa do julgamento, que havia começado na semana passada, foi a condenação por inelegibilidade também de Braga Neto. Havia uma expectativa de que ele escapasse, como aconteceu no primeiro julgamento que tornou Bolsonaro inelegível, em consequência da reunião que fez com embaixadores no Palácio da Alvorada para contestar o sistema eletrônico eleitoral brasileiro. Desta vez, os ministros entenderam, porém, que o general, que foi o candidato a vice-presidente na chapa de Bolsonaro, também se beneficiou diretamente dos atos em Brasília e no Rio. Ao contrário do que acontecera na reunião com os embaixadores, desta vez Braga Neto comparecera aos dois atos, que ocorreram a menos de um mês do primeiro turno das eleições presidenciais.

Durante seu voto, o presidente do tribunal, Alexandre de Moraes, alegou que o discurso de Bolsonaro após o desfile de 7 de setembro "serviu para falar desde o preço da gasolina ao lançamento do Pix, passando pelo Fies e o aumento do Auxílio Brasil". Bem além, portanto, da razão oficial do evento, que era a comemoração dos 200 anos da proclamação da independência do Brasil. "Se isso não é campanha, nada mais é campanha", afirmou o magistrado.

A vice presidente do TSE, ministra Carmem Lúcia, considerou que houve uma "captura da estrutura do Estado" em uma data comemorativa. "A República impõe respeito, exige austeridade, impõe responsabilidade e muita prudência", ela declarou.

Em junho, o ex-presidente já tinha sido condenado pelo TSE a oito anos de inegibilidade. Apesar dele ter sido condenado novamente, as penas de inelegibilidade não serão somadas.

A novidade é a condenação também de Braga Neto, que se torna inelegível também até 2030. O general era cogitado para disputar a prefeitura do Rio de Janeiro no ano que vem.